



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 19 de novembro de 2024

| | | | | | | | |
|-----------------------------------|--|--|-----------------------|--|----------------------|--|--|
| Bolsas Na segunda-feira | Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias | Dólar Últimos | Salário mínimo | Euro Comercial, venda na segunda-feira | CDI Ao ano | CDB Prefixado 30 dias (ao ano) | Inflação IPCA do IBGE (em %) |
| 0,02% São Paulo | 127.698 12/11 13/11 14/11 18/11 | 11/novembro 5,769 12/novembro 5,771 13/novembro 5,789 14/novembro 5,788 | R\$ 1.412 | R\$ 6,088 | 11,15% | 11,40% | Junho/2024 0,21 Julho/2024 0,38 Agosto/2024 -0,02 Setembro/2024 0,44 Outubro/2024 0,53 |
| 0,13% Nova York | | | | | | | |

INFLAÇÃO

O boletim Macrofiscal, do ministério da Fazenda, revisou a estimativa para 4,4%, perto do teto da meta para 2024. Já o boletim Focus, que reflete as estimativas do mercado financeiro, mostra a inflação em 4,64%, acima da margem

Governo e mercado elevam projeção de IPCA

» FERNANDA STRICKLAND

O governo elevou levemente a sua previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) — soma de tudo o que é produzido em bens e serviços — de 3,2% para 3,3% este ano. A projeção de inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), saiu de 4,25% para 4,40%.

Os dados constam do Boletim Macrofiscal de novembro, divulgado ontem pela Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda.

De acordo com o boletim, a revisão na estimativa do PIB reflete uma leve melhora na expectativa de expansão no terceiro trimestre de 2024, que passou de 0,6% para 0,7%. Embora o ritmo de crescimento esperado para os próximos trimestres seja inferior ao observado no início do ano, a economia brasileira deve continuar avançando.

“Mudanças marginais levaram à revisão na estimativa de crescimento, com destaque para o ligeiro aumento na expectativa de expansão do PIB no terceiro trimestre. Para os próximos dois trimestres, projeta-se crescimento da atividade, embora em ritmo inferior ao observado nos dois primeiros trimestres de 2024”, informou o Ministério da Fazenda no relatório.

Os dados mostram ainda que as perspectivas para a inflação apontam para pressões crescentes. A projeção do IPCA para este ano, que passou para 4,40% ficou acima do centro da meta de 3% e quase batendo a margem de tolerância, de 4,5%. A previsão para 2025 subiu de 3,40% para 3,60%.

“Até o final do ano, deverá haver desaceleração nos preços de monitorados (serviços públicos cujas tarifas são reguladas ou autorizadas pelos governos), repercutindo, principalmente, mudanças esperadas nas bandeiras tarifárias de energia elétrica. Os preços livres, no

reprodução/You Tube



Secretário de Política Econômica, Guilherme Mello e subsecretárias Raquel Nadal e Débora Freire Cardoso, em entrevista virtual

entanto, devem seguir em aceleração, refletindo a dinâmica dos preços de itens mais voláteis, mais afetados pelo câmbio e clima”, diz o relatório do ministério da Fazenda.

Mercado

Os dados do boletim Macrofiscal diferem das projeções do mercado financeiro, que voltou a elevar as estimativas para inflação neste ano. Segundo os dados do Boletim Focus, também

divulgado ontem, pelo Banco Central (BC), a expectativa para o IPCA subiu pela sétima semana seguida, de 4,62% para 4,64%. Para o PIB, o boletim mantém a previsão de crescimento de 3,10% em 2024, abaixo dos 3,3% estimados pela Fazenda.

A projeção de inflação no boletim Focus segue acima do teto da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para este ano, que é de 4,50%.

De acordo com a subsecretária de Política Econômica do Ministério da

Fazenda, Raquel Nadal, a diferença entre as duas estimativas se explica pelo fato de o governo considerar a bandeira tarifária de energia verde no fim do ano. “Grande parte da diferença (entre as previsões do governo e as do mercado) pode estar concentrada na bandeira tarifária para o fim do ano”. Segundo ela, a bandeira “tende a contribuir com 0,17 ponto percentual” na inflação. “Tirando isso, estamos bem alinhados com o que o mercado está vendo”, declarou Nadal. A previsão do mercado para 2025

também foi elevada, passando de 4,10% para 4,12%. Já para 2026, subiu de 3,65% para 3,70%, enquanto para 2027, a estimativa continua em 3,50%.

Segundo João Kepler, CEO da Equity Fund Group, com a inflação projetada acima do teto da meta, o Boletim Focus traz um alerta para o governo e o Banco Central: a necessidade de ações coordenadas entre política fiscal e monetária. “O aumento nas expectativas de inflação também reflete a incerteza em torno da sustentabilidade fiscal e do impacto do câmbio sobre os preços. Esse cenário demanda atenção redobrada para evitar um ciclo prolongado de juros altos e baixo crescimento”, disse.

Para 2024, a projeção para a Selic, atualmente em 11,25%, manteve-se em 11,75% pela sétima semana consecutiva. O BC volta a se reunir em dezembro para a última decisão de política monetária do ano.

De acordo com Alex Andrade, CEO da Swiss Capital Invest, no que tange à taxa Selic, o mercado financeiro manteve a projeção de 11,75% ao ano para o fechamento de 2024, indicando a possibilidade de novas elevações até o fim do ano. “Para o final de 2025, a estimativa permaneceu em 11,50% ao ano, sugerindo uma perspectiva de manutenção de juros elevados no médio prazo. Essas projeções indicam que o mercado financeiro está atento às pressões inflacionárias e à necessidade de ajustes na política monetária para manter a inflação dentro das metas estabelecidas”, ressaltou.

“A manutenção de juros elevados pode impactar o consumo e o investimento, influenciando o ritmo de crescimento econômico nos próximos anos. É fundamental que o Banco Central continue monitorando de perto os indicadores econômicos e ajuste suas políticas conforme necessário para assegurar a estabilidade econômica e o controle da inflação”, disse Andrade.

ORÇAMENTO

Senado conclui votação do PL das emendas

» VINICIUS DORIA

A novela em que se transformou a regulamentação das emendas parlamentares concluiu mais um capítulo, ontem, com a aprovação, pelo Senado, do projeto de lei complementar (PLP) enviado pela Câmara dos Deputados, na semana passada. Como foram feitas três alterações em relação ao texto original, o projeto volta para a Câmara, que deve apreciar o texto definitivo ainda na sessão de hoje para, só então, seguir à sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Mesmo depois de passar por todo o trâmite legislativo, a regulamentação das emendas parlamentares ainda precisará passar pelo crivo do Supremo Tribunal Federal (STF), que bloqueou a execução das emendas no orçamento deste ano até que o Congresso aprove medidas que garantam a transparência e a rastreabilidade do uso dos recursos.

Na sessão de ontem, a base do governo contabilizou uma vitória e duas derrotas em relação ao acordo firmado na Câmara. O relator, senador Ângelo Coronel (PSD-BA), reintroduziu o trecho do texto original que mantém todas as emendas parlamentares sob o guarda-chuva do arcabouço fiscal, como despesas primárias.

Por outro lado, a oposição conseguiu

retirar do PLP a prerrogativa do Poder Executivo de promover o bloqueio orçamentário dessas emendas, mantendo o entendimento da Câmara de que a equipe econômica do governo só pode contingenciar esses recursos. Isso significa que, diante de um desarranjo fiscal, o governo pode suspender a execução desses recursos, mas terá que descontingenciá-los no caso de aumento da arrecadação. As lideranças governistas atuaram intensamente para assegurar a prerrogativa do bloqueio, nos mesmos moldes que costuma fazer com despesas não obrigatórias de outros órgãos, mas a derrota em plenário foi expressiva: 46 a 14.

A diferença entre os dois instrumentos de execução fiscal não é expressiva, ambos são usados para fechar as contas públicas quando a arrecadação não acompanha as despesas. O contingenciamento acontece quando há frustração de receitas, enquanto o bloqueio é feito quando os gastos da União crescem além do permitido pelo arcabouço fiscal. Para a oposição — e alguns partidos do Centrão que integram a base governista, a prerrogativa de bloquear recursos das emendas daria ao Palácio do Planalto mais poder na negociação com o Parlamento.

“O bloqueio é uma situação praticamente de confisco do recurso

Saulo Cruz/Agência Senado



Coronel manteve as emendas parlamentares sob o guarda-chuva do arcabouço

orçamentário. É possível que o Executivo, de posse do bloqueio, utilize os recursos de maneira discricionária e sem consultar o órgão que foi bloqueado, e mesmo que haja uma alteração no comportamento da receita, esses recursos não poderão ser recompostos”, disse o senador Rogerio Marinho (PL-RN), ao defender a mudança.

O senador Otto Alencar (PSD-BA), da base do governo, lamentou a mudança. Para ele, a situação gera um desequilíbrio na gestão do Orçamento da União. “Só as emendas parlamentares ficarão excluídas do bloqueio, enquanto as outras esferas do governo, Executivo

e Judiciário, estarão submetidas ao bloqueio”, argumentou.

O Senado também derrubou a obrigatoriedade de aplicação de, pelo menos, 50% das emendas de comissão na área da saúde, nos mesmos moldes do que havia sido aprovado na semana passada em relação às emendas de bancada e às chamadas emendas Pix (individuais, cujos recursos caem diretamente na conta das prefeituras beneficiadas). Para a oposição, não faria sentido aprovar uma vinculação de recursos para a saúde em emendas que originadas de comissões temáticas permanentes, como as de Transportes e de Educação.

Por unanimidade, o plenário aprovou limites para o crescimento das emendas parlamentares, ao resgatar o texto original do projeto do deputado Ruben Pereira Junior (PT-MA). No ano que vem, o montante das emendas de bancada não poderá passar de 1% da receita corrente líquida do ano anterior. Para as emendas Pix, o teto é de 2%. As emendas de comissão poderão somar até R\$ 11,5 bilhões. A partir de 2026, as emendas impositivas (bancada e individual) serão expandidas seguindo os parâmetros do arcabouço fiscal, enquanto as emendas não impositivas (de comissão) serão atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Com as mudanças, o texto voltará à Casa de origem, a Câmara dos Deputados, que podem aprovar as mudanças ou retomar o texto original, relatado pelo deputado Elmar Nascimento (União-BA). O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), havia deixado em aberto a possibilidade de votar o texto do Senado ainda na sessão de ontem — a proposta constava, inclusive, da pauta da sessão plenária —, mas as discussões só devem ser iniciadas a partir de hoje.

A aprovação do PLP das emendas parlamentares é fundamental para desatrar não só o bloqueio imposto pelo Supremo — só de emendas Pix são R\$ 8 bilhões à espera de liberação — quanto o próprio Orçamento da União para 2025. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que determina os parâmetros para alocação de recursos do Orçamento, ainda está parada na Comissão Mista de Orçamento (CMO).